

A GLOBALIZAÇÃO E A MEDIAÇÃO

Lídia Reis de Almeida PRADO*

RESUMO

O presente artigo tem como propósito discutir as influências que a mediação, enquanto meio alternativo de solução de conflitos que têm suas raízes num determinado contexto sócio-cultural, recebe da globalização, fenômeno que provoca a imposição (e não absorção) de uma cultura estrangeira. Dada sua natureza interdisciplinar, este trabalho recorre a autores da filosofia do direito, da sociologia e da psicologia analítica, especialmente Carl Gustav Jung, a fim de mostrar a estreita relação entre cultura e inconsciente coletivo, bem como as implicações do fenômeno da globalização sobre tal relação. Pretende-se, com isso, fomentar o debate, muito mais do que propriamente responder à questão central, qual seja, em que medida a globalização influencia a atividade dos mediadores?

Palavras-chave: mediação – globalização – inconsciente coletivo.

ABSTRACT

The present article aims to discuss the influences the mediation, comprehended as a alternative way of solving conflicts which are grounded in a specific social and cultural context, receive from the globalization, phenomena that provokes the imposition (but not absorption) of a foreign culture. Because of its interdisciplinary perspective, this work recurs to authors of the Philosophy of Law, Sociology and analytic psychology, especially Carl Gustav Yung, in order to show the closer relation between culture and the collective unconscious, as well as the implications of the phenomena of globalization on that relation. As result, thus, it is expected to foment the debate much more than properly responding the central question, that is, in what way the globalization influences the mediators activity?

Key-words: mediation – globalization – collective inconscient.

A difusão de certos aspectos da cultura norte-americana é um fato inescapável de nosso tempo. Vivemos no Brasil cercados de vídeo-cassetes e vídeo-games, comemos *hot-dogs* e *hamburgers*; tomamos cocas, vestimos *t-shirts* e *blue-jeans*. Os filhos de famílias mais abastadas possuem *skates*, pranchas de surf e apreciam o *moto-cross*. Ouvimos *rocks* e *souls* produzidos por *bands*. Fenômenos sociais ligados à juventude atravessaram fronteiras e aqui se estabeleceram com os nomes de origem.

(MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil, a penetração cultural americana**).

*Bacharel em Direito e Psicologia pela PUC-SP. Mestre em Direito pela USP e doutora em Direito pela PUC-SP. Procuradora do Município de São Paulo aposentada. Exerceu a psicologia clínica e a advocacia. É professora doutora do programa de pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito da USP. Leciona, também, na graduação em Direito da USP e da PUC-SP. É autora do livro **O Juiz e a Emoção** (Campinas: Millenium 2003). Ministra palestras e cursos por todo o Brasil a respeito da temática da mediação e da formação de Juízes.

Tratarei do fenômeno da globalização e sua influência sobre a mediação. Por ser um tema complexo e multifacetado, dividirei este artigo nos seguintes tópicos: o fenômeno da globalização; o conceito de inconsciente, formulado por Freud e Jung; a noção psicológica de símbolo, e as relações entre mediação e globalização.

Entende-se por **globalização** o fenômeno que provoca a contínua inter-relação de vários países, principalmente no que se refere à produção de bens e serviços, aos mercados financeiros e à propagação maciça de informações estratégicas, muitas delas de caráter nitidamente ideológico.

Consentânea com a globalização é a expansão do neoliberalismo, que traz consigo o predomínio de interesses financeiros sobre os valores morais e espirituais; a privatização das estatais; o menosprezo pelo *welfare state* (estado providencialista); o aumento do desemprego; o incremento da exclusão social e crises econômicas cíclicas.

A globalização não é um fenômeno atual, tendo ocorrido já na Antiguidade durante o predomínio da civilização da Grécia antiga, da Pérsia e de Roma. Todavia, a maioria dos autores aponta as grandes navegações da Renascença e a invenção da imprensa, no século XV, como um importante momento de mundialização (termo empregado especialmente na França como sinônimo de globalização). Com a Revolução Industrial e o capitalismo houve a busca desenfreada de novos mercados. Mais recentemente, tivemos posições hegemônicas como as da Grã-Bretanha e da França. Agora, há o predomínio maciço dos Estados Unidos, principalmente após a 2ª Guerra Mundial. Esse predomínio exacerbou-se com a destruição do mundo socialista e com o nascimento do neoliberalismo, caracterizado, em especial, pela redução da intervenção do estado na esfera econômica e social e ausência de ética por parte da cultura dominadora.

Atualmente, o que existe de inédito é que a supremacia norte-americana decorre, entre outros fatores, da influência exercida pelos meios de comunicação de massa, notadamente pelo cinema que, desde a década de 40 do século passado, propaga no mundo ocidental os hábitos estadunidenses.

Para mostrar a influência da mídia na propagação desses hábitos, diz Hilton Japiassu¹:

Nosso mundo é dominado pelo monoteísmo do mercado, onde um indivíduo livre e soberano é

reduzido a uma marionete, realizando espasmodicamente os gestos que lhe são impostos pelo campo sócio cultural (ganhar, consumir e “gozar”). O grande responsável pela nossa dissolução na pluralidade de sentidos e pela liquidação da história é a mídia. Vivemos sem quadro de referências. Os fatos são-nos apresentados ou mostrados de forma bastante fragmentada e sem sentido. Consumimos milhares de notícias descartáveis e sem reflexão. Os efeitos especiais nos escondem o fundamental. Não conseguimos distinguir o importante do trivial.

Diz-se, ainda, que existe nítida manipulação da informação para servir aos que controlam a economia global. Há, assim, a imposição de valores como o individualismo narcisista e a ideologia do consumismo exagerado, onde tudo é provisório. Não há, pois, democratização da informação, porque esta é direcionada e controlada.

Descrevendo esse estado de coisas, afirma Gerson Moura que o Brasil, a partir de 1941, junto com os ditames de Hollywood, “foi literalmente invadido por *missões de boa vontade* americanas, compostas por professores universitários, jornalistas, publicitários, artistas, militares, cientistas, diplomatas, empresários, todos empenhados em estreitar os laços de cooperação com brasileiros, além das múltiplas iniciativas oficiais daquele país”².

Para o referido autor, as conseqüências culturais dessa penetração norte-americana em nosso país obedeceram a um planejamento de conquista de mercados. Segundo ele, essa exportação cultural — apesar de apresentar aspectos positivos como o intercâmbio de idéias e aquisição de conhecimento técnico e científico — fazia parte de uma estratégia ideológica mais abrangente para garantir o alinhamento da América Latina com os Estados Unidos, nação que, naquela época, tentava posicionar-se como uma superpotência internacional³.

No mesmo sentido, Zygmunt Bauman, no decorrer de seu livro *Globalização: as conseqüências humanas* traz uma reflexão sobre os efeitos da globalização na política, na economia e nas estruturas sociais. Concebe a mundialização como um processo que divide a sociedade em dois pólos: as elites poderosas (que participam da ordem global) e a maioria da população composta de excluídos e segregados das benesses desse processo⁴.

¹ Hilton Japiassu, *A crise da razão no Ocidente*, www.editoraeletronica.net, p. 12.

² Gerson Moura, *Tio Sam chega ao Brasil, a penetração cultural americana*, São Paulo, Brasiliense, 1984, p.11.

³ Gerson Moura, op. cit., p.12.

⁴ Zygmunt Bauman, *Globalização: conseqüências humanas*, São Paulo, Unesp, 1991.

Dentro dessa ordem de idéias, podemos concluir que a globalização, longe de apresentar apenas aspectos positivos (como o desenvolvimento científico e tecnológico), traz conseqüências danosas por tirar do ser humano, que se torna apenas mais um consumidor, sua verdadeira humanidade. Daí advém uma sociedade alienada que foi chamada, por Luigi Zoja, de bulêmica por sua devoção à expansão e pela negação dos próprios limites. Para o autor, nessa sociedade, “toda transcendência e toda metafísica são roídas na raiz pelo consumo imediato” e o homem moderno é um “homem sem metafísica”⁵.

No que se refere ao conceito de inconsciente, foi formulado por Freud (inconsciente pessoal) e por Jung (inconsciente coletivo).

Para Freud, criador da Psicanálise, a razão é menos poderosa do que se acreditava, pois a consciência seria dirigida e controlada por forças profundas e misteriosas. Essa idéia pôs em xeque a crença dos racionalistas e empiristas, segundo a qual a verdade habita a consciência⁶.

Conforme Sérgio Paulo Rouanet, no pensamento ocidental, a razão está “em cativeiro”, porque desviou-se do conhecimento da verdade, gravitando em torno do próprio eixo, numa postura de auto-veneração⁷.

A concepção do inconsciente e as outras inovações que revolucionaram o saber, levaram o filósofo francês Merleau-Ponty a afirmar que uma das mais importantes tarefas da Filosofia contemporânea seria a de achar um outro conceito de razão — a *razão alargada* — no qual pudessem entrar os progressos da Psicanálise. E, além de tais progressos, seria desejável que esse novo conceito fosse compatível com as novas formulações da Física, da Antropologia, da Sociologia, que também romperam com o racionalismo exacerbado, tradição da nossa cultura⁸.

Após elaborar sua corajosa teoria do inconsciente pessoal, Freud afirmou ser ela uma das três feridas que atingiram o narcisismo humano (as outras foram, respectivamente, a que nos provocou Copérnico, ao provar que a Terra não estava no centro do universo; a segunda foi causada por Darwin, ao demonstrar que os homens não são

seres especiais criados por Deus, mas apenas um elo na evolução das espécies).

Jung não só acatou a formulação de Freud, no que diz respeito à importância do irracional — embora tivesse divergido do mestre de Viena no que se refere à ênfase por ele colocada à sexualidade — como introduziu um conceito de psique além das barreiras pessoais, o conceito de inconsciente coletivo. Convém notar que, para Jung, as teorias de Freud, de Adler e de outros autores, incluindo a dele próprio, são desiguais, porque foram formuladas por pessoas com diferentes tipos psicológicos e distintas cosmovisões. Não é difícil entender a importância de tal observação: todas essas teorias são válidas, porque a diversidade da tipologia dos seus criadores corresponde à diversidade dos indivíduos que experimentam conflitos psicológicos.

Se o inconsciente pessoal constitui-se do material reprimido na história de vida do indivíduo (assim como o inconsciente freudiano), o inconsciente coletivo tem origem anterior, pois é uma estrutura psíquica herdada da evolução da humanidade, renascida em cada indivíduo e guarda padrões de funcionamento que dão à nossa espécie qualidades específicas. Pode-se dizer que o inconsciente coletivo conserva a memória da espécie humana.

A elaboração da noção de inconsciente coletivo foi muito importante, por trazer um novo conceito psicológico, que se somou aos já existentes, o do *ego* (como centro da consciência, estudada desde 1860, quando a Psicologia científica surgiu como disciplina independente) e o do inconsciente pessoal.

Para a Psicologia Analítica — a teoria de Jung e seguidores —, os arquétipos são os elementos do inconsciente coletivo, sendo a sua noção próxima à dos instintos, pois ambos promovem experiências fundamentais. Numa passagem de uma de suas obras (CW 8, par. 338), afirma ser o “inconsciente coletivo a soma dos instintos e seus correlatos, os arquétipos”. Mais: “na medida em que os arquétipos influenciam no processo de formação dos conteúdos conscientes, regulando-os, modificando-os e

⁵ Luigi Zoja, *A História da Arrogância, Psicologia e Limites do Desenvolvimento Humano*, São Paulo, Axis Mundi, 2000, p.151.

⁶ Sigmund Freud, em *Cinco lições sobre a Psicanálise*, vol. XVI das Obras Completas, Rio de Janeiro, Imago, 1988, p.15. Aí, Freud acentua: “A psicanálise propõe mostrar que o Eu não somente não é senhor na sua própria casa, mas também está reduzido a contentar-se com informações raras e fragmentadas daquilo que se passa fora da consciência, no restante da vida psíquica[...]. A divisão do psíquico num psíquico consciente e num psíquico inconsciente constitui a premissa fundamental da psicanálise, sem a qual ela seria incapaz de compreender os processos patológicos, tão freqüentes quanto graves, da vida psíquica e fazê-los entrar no quadro da ciência[...]. A Psicanálise se recusa a considerar a consciência como constituindo a essência da vida psíquica, mas nela vê apenas uma qualidade desta, podendo coexistir com outras qualidades e até mesmo faltar”

⁷ Sérgio Paulo Rouanet, *A razão cativa*, São Paulo, Brasiliense, 1990. Nesse parágrafo, apresentei uma síntese do tema desse livro.

⁸ A alusão ao filósofo francês encontra-se em livro de Marilena Chauí, *Convite à Filosofia*, São Paulo, Ática, 1995, p.63.

⁹ ver Freud, op. cit. 336

motivando-os, eles atuam como instintos” [...] (CW 8/2, par. 404). E ainda: há “uma opinião pouco lúcida de que o inconsciente coletivo é uma idéia metafísica. Trata-se, isso sim, de um conceito empírico, que deve ser equiparado ao conceito de instinto”¹⁰.

Mais explícita ainda é a conceituação de Jung, citada por Samuels, no sentido de que “os arquétipos são, por assim dizer, como pequenos e numerosos apetites em nós e se, com o passar do tempo, não conseguem nada para comer começam a se revoltar e a perturbar tudo”. Ele ainda ressalta que o bebê humano estrutura suas experiências rudimentares de acordo com o esquema psicológico inato, da mesma forma que ele “sabe” respirar¹¹.

Em síntese, os arquétipos consistiriam em predisposições humanas típicas para agir, pensar, sentir, sendo que cada pessoa, na sua individualidade, pode vivenciá-las particularmente. Existem tantos arquétipos quantas são as situações típicas na existência da humanidade, ou seja, seu número é ilimitado.

Os nossos padrões arquetípicos são muito menos estereotipados do que os padrões de comportamento dos animais. Além disso, nos homens, os arquétipos parecem ser muito mais numerosos, embora não utilizados em sua totalidade durante a vida. Os arquétipos precisam de certas situações históricas, a fim de serem ativados na psique coletiva ou individual. Com efeito, há épocas em que o arquétipo do guerreiro não é valorizado (situação de paz, por exemplo). Há, também, oportunidades na vida das pessoas em que o arquétipo do herói não é constelado (época de calma existencial).

A noção de arquétipo permite-nos compreender porque, em locais e tempos diferentes, surgem temas idênticos nos sonhos, nos delírios, nos mitos, nos contos de fada, nos dogmas e rituais das religiões, nas artes, enfim, nas produções do inconsciente de um modo geral. Os filósofos do Direito há muito afirmam que a Justiça é uma idéia que, desde tempos imemoriais, surge na humanidade. Pode-se, assim, afirmar que a Justiça é um arquétipo, como também o são idéias muito antigas como as de autor, réu, julgador, conciliador, mediador.

No âmbito da Filosofia e da Sociologia do Direito, embora de modo diferente do apresentado por Jung, Luis Recaséns Siches traz uma teoria do coletivo nas suas

“Leciones de Sociologia”. Para o autor, por mais autêntica que seja uma personalidade, o coletivo funcionará aí em larga escala, até como condição indispensável a essa autenticidade, ninguém prescindindo dele para a realização de suas potencialidades originais. Esclarece ainda Siches que cada pessoa, nessa realização, deverá contar, como herdeiro, com todo o passado da sociedade. Assim, “qualquer que seja a margem de individualização e originalidade que cada um incorpore à sua existência, inevitável é que assimile uma grande dose do coletivo”¹².

Mircea Eliade equipara a concepção do inconsciente aos achados marítimos da Renascença e às descobertas astronômicas decorrentes da invenção do telescópio. Para o autor, cada um desses feitos desvelou mundos de cuja existência sequer se suspeitava, operando-se assim uma ruptura de nível, não só através da quebra da imagem tradicional do planeta, mas também da divulgação de um Universo até então inimaginável¹³.

Contudo, apesar do avanço que alcançou a Psicologia nos últimos cem anos, nos outros ramos do saber do Ocidente, quer do ponto de vista educacional, quer na práxis, o universo interior do indivíduo continua ainda pouco considerado. O mesmo ocorre no Direito. No entanto, é no convívio com nosso mundo interno e suas divergências, que vamos adquirindo meios para o entendimento das discrepâncias exteriores. Na sua introdução ao livro de Jung “O Segredo da Flor de Ouro”, Cary Baynes assim escreveu a respeito do pretense dissenso entre a ciência e o espírito: “o espírito deve apoiar-se na ciência, como o seu guia no mundo da realidade, e a ciência deve retornar ao espírito em busca do significado da vida”¹⁴.

A propósito desse tema, afirma Mircea Eliade que se impõe, no processo do autoconhecimento, o trabalho com a totalidade, na qual se acha implícito o *conflito entre o bem e o mal*¹⁵. Aliás, penso ser esse conflito muito familiar entre os operadores do Direito em geral, entre os juizes e entre aqueles que se dedicam às formas não convencionais de elaboração e solução dos conflitos (incluindo-se aqui os mediadores, os conciliadores e os árbitros, por exemplo).

Feitas essas ponderações, impõe-se, agora, sejam trazidas algumas colocações sobre o símbolo e seu significado psicológico.

¹⁰ Andrew Samuels, *Jung e os pós-junguianos*, Rio de Janeiro, Imago, 1989., pp. 45 e 65.

¹¹ Andrew Samuels, op. cit. pp. 45 e 65. . A comparação entre arquétipos e apetites, feita por Jung, e referida por Samuels, está em C. G. Jung *speaking*, org. Mc Guire, Routledge & Kegan, Londres, 1976, p. 358.

¹² Os comentários a esse posicionamento de Luis Recasens Siches acha-se em A. Machado Neto, em artigo publicado na Revista Brasileira de Filosofia, S.P., n. 35, 1975.

¹³ Mircea Eliade, *Mefistófeles e o Andrógino*, São Paulo, Martins Fontes, 1991. p. 2

¹⁴ A referência a Baynes está em Ruy César do Espírito Santo, “O autoconhecimento em sala de aula”, in *Ética, valores humanos e transformação*, São Paulo, Fundação Petrópolis, 1998, p. 46.

¹⁵ Mircea Eliade, op.cit, p.81

O **símbolo**, no sentido da Psicologia Analítica, diverge do signo lingüístico que tem uma significação determinada, conhecida e convencional. Com efeito, na lingüística, todas as palavras são tidas como símbolos ou signos que são arbitrários e vinculados àquilo a que se referem em razão do uso. Também não se confunde com o símbolo no sentido que lhe dá a Semiótica: também segundo esse ramo do saber, o símbolo é um signo arbitrário cujo significado depende de uma convenção (por exemplo, a logomarca de um produto sofisticado). Difere, ainda, dos *sinais* ou *insígnias* (por exemplo, as siglas da ONU, UNESCO, UNICEF, as asas estampadas nos quepes dos aviadores).

Representações de objetos ideais ou materiais não são símbolos, mas meras alegorias, como ocorre com a Justiça, representada por uma mulher de olhos vendados que segura, numa das mãos uma balança e, na outra, uma espada.

Diversamente, na psicologia analítica, o símbolo está ligado a algo cujo significado não se conhece. Para Jung, um símbolo “não traz explicações; impulsiona para além de si mesmo na direção de um sentido ainda distante, inapreensível, obscuramente pressentido e que nenhuma palavra de língua falada poderá exprimir de maneira satisfatória”¹⁶. Para o autor, os símbolos são expressões de coisas significativas para as quais, no momento, inexistem formulações mais perfeitas.

Pode-se dizer que, por intermédio do símbolo, consciente e inconsciente aproximam-se. Em outras palavras, o símbolo é racional e irracional ao mesmo tempo. Quando Platão em *Protágoras* conta a origem do mundo com Pandora e Epimeteu, usa de um símbolo para explicar algo de difícil entendimento. O mesmo ocorre quando usa a imagem da caverna para que os homens percebam que desconhecem a verdadeira realidade.

As religiões empregam uma linguagem simbólica. O homem produz símbolos na forma de sonhos. Os mitos são os símbolos da cultura. Os mitos, assim como o folclore e os contos de fadas, são retirados da memória cultural que é o inconsciente coletivo.

A mitologia tem ocupado um papel relevante nas civilizações, de tal modo que sua destruição significou, para

alguns povos, como os índios americanos, o abalo da identidade de toda uma nação.

Uma remota compreensão da mitologia vem de Evêmero, filósofo alexandrino do século IV a.C. Para ele, os mitos objetivariam o entendimento da origem dos deuses e seriam lembranças das façanhas desses personagens na Terra, antes de sua transposição para a categoria divina. Outra forma de entender os mitos foi explicá-los como *alegorias* de fenômenos da natureza, que o ser humano tentava entender¹⁷.

Modernamente, os mitos são considerados como expressão de modalidades de vida, modelos que possibilitam ao homem inserir-se na realidade, sendo *protótipos* de todas as atividades humanas dotadas de significação.

A concepção da Psicologia Analítica é inteiramente consentânea com essa visão moderna. Observe-se, aliás, que o antropólogo Mircea Eliade era a fonte de referência de Jung, em mitologia. Segundo a noção junguiana, os mitos condensam experiências humanas *típicas* (que vêm sendo vividas, repetidamente, durante milênios). São representações espontâneas – vindas da psique coletiva – de *verdades psicológicas*. O mito está, para a humanidade, assim como o sonho está para um indivíduo¹⁸.

De acordo com Jung, os mitos são narrativas de encontros arquetípicos. Para ele, o homem é um fazedor de mitos: reencena dramas muito antigos, cujo enredo refere-se a temas arquetípicos, na tentativa de libertar-se de sua influência compulsiva¹⁹.

Nos trabalhos clínicos, Jung observou que a confiança no ritual era muito importante para a ampliação da consciência e que o homem moderno reprime o aspecto mítico de seu ser, motivo pelo qual lhe faltam propósito e significado de vida.

Conforme James Hillman, “a linguagem básica e irreduzível de padrões arquetípicos é o discurso metafórico dos mitos”. Para o autor, a Psicologia Analítica utiliza-se da mitologia mais para entender a nós mesmos no presente do que para aprender sobre os outros no passado²⁰.

Como já afirmei, os mitologemas, por serem símbolos, procuram oferecer uma resposta a questões filosóficas e teológicas, para as quais não há soluções racionais.

¹⁶ Esta citação acha-se em Nise da Silveira, *Jung, vida e obra*, Rio de Janeiro, 9ª edição, p.p. 80 a 66, de onde tirei subsídios para a elaboração desse tópico.

¹⁷ Sobre o assunto ver em Nise da Silveira, *Jung, vida e obra*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, p.127-133

¹⁸ O sonho mostra a alguém sua realidade psicológica; o mito faz o mesmo em relação a toda a humanidade.

¹⁹ Andrew Samuel et alii, *Dicionário crítico de análise junguiana*, Rio de Janeiro, Imago, 1998, p. 128.

²⁰ James Hillman, citado por Andrew Samuels, *Jung e os junguianos*, Rio de Janeiro, Imago, 1989, p. 286.

Se compararmos a filosofia de Anaximandro e a *Teogonia* de um poeta como Hesíodo, as estruturas se assemelham até mesmo nos detalhes. O mesmo tema mítico da origem do mundo repete-se, embora com diferentes níveis de abstração²¹.

Trazendo-se esse conjunto de idéias para o entendimento das relações entre a globalização, pode-se chegar a algumas **conclusões**.

Quando um mito é interpretado, é possível que haja uma nova compreensão sobre a experiência humana (com a ampliação da consciência), porque são evocados sentimentos e imaginação, que dizem respeito a temas universais. Daí decorre a importância de um país preservar sua mitologia, indispensável para o contato das pessoas com suas raízes.

No momento em que uma cultura sobrepõe-se a outra, passa a existir um predomínio dos símbolos da cultura dominante. Por exemplo, aqui no Brasil, muitos símbolos estrangeiros ficaram no lugar dos de nosso folclore, como ocorreu com o saci pererê e a mula sem cabeça que foram substituídos pelas bruxas do Halloween.

Não houve então a soma de mitos, o que poderia ser produtora, mas a eliminação de vários deles. Cabe aqui citar Cassirer, segundo o qual a dificuldade real está menos na aprendizagem de uma nova linguagem que no esquecimento da linguagem anterior (Ernst Cassirer, op. cit. p.172 *apud* Rubem Alves).

Assim, nada tem a ver com a nossa cultura a adoção de símbolos de uma civilização, como a norte-americana, que se funda no desejo do poder, numa necessidade constante de competição e superação do outro.

Uma outra observação: junto com a mitologia houve a recepção maciça, pela cultura brasileira, do pragmatismo, do materialismo, do maniqueísmo, da violência, do consumismo exagerado, típicos da civilização já mencionada.

É interessante notar que a obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, defende a idéia de que o brasileiro tem um temperamento típico: o de ser um homem gentil e prestativo. Esse atributo, aliás, é quase sempre decantado pelos estrangeiros que visitam o nosso país.

Enfocando a possível influência dos atributos da cultura estadunidense sobre nós, poderíamos indagar: por que será que agora estamos tão violentos? Será isso, decorrente, entre outras causas, da influência americana, que recebemos por intermédio dos filmes junto com os

efeitos especiais? Até há bem pouco tempo não tínhamos, por exemplo, assassinatos em massa como os que acontecem nas favelas, e muito menos chacinas, semelhantes à ocorrida em São Paulo, há alguns anos, quando um estudante de medicina assassinou várias pessoas num cinema. Fatos como esses são típicos da sociedade americana.

Ora, como já ressaltai, o mediador é um indivíduo como outro qualquer, mergulhado num contexto social e sujeito às influências quer do inconsciente coletivo — manifestado em mitos populares, nos contos de fada, no folclore — quer do consciente coletivo, expresso no Direito, nas regras morais, nos acontecimentos sociais, etc.

Esse indivíduo, assim como a maioria das pessoas, creio, está perdendo o contato com seus valores culturais, mitologia, etnia, tornando-se, aos poucos, um ser menos harmônico, menos ligado às raízes, fontes de inesgotável criatividade. Daí, sem dúvida, decorrem repercussões em todos os aspectos de sua vida, inclusive no desempenho das atividades. Assim, quando o mediador trabalha na facilitação do diálogo entre os mediandos, por exemplo, há a utilização de símbolos e metáforas. A diminuição do número desses símbolos prejudica a mediação.

E então fica a pergunta: um mediador sem contato com suas origens terá criatividade suficiente para a difícil tarefa de conduzir os mediandos à percepção e elaboração afetiva dos conflitos que os levaram a recorrer à mediação? mostrar que o Eu não somente não é senhor na sua própria casa, mas também está reduzido a contentar-se com informações raras e fragmentadas daquilo que se passa fora da consciência, no restante da vida psíquica[...]. A divisão do psíquico num psíquico consciente e num psíquico inconsciente constitui a premissa fundamental da psicanálise, sem a qual ela seria incapaz de compreender os processos patológicos, tão freqüentes quanto graves, da vida psíquica e fazê-los entrar no quadro da ciência[...]. A Psicanálise se recusa a considerar a consciência como constituindo a essência da vida psíquica, mas nela vê apenas uma qualidade desta, podendo coexistir com outras qualidades e até mesmo faltar”

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 7ª ed. São Paulo: Cortez Editora.

BAUMAN, Zigmunt. **Globalização: conseqüências humanas**. São Paulo: Unesp, 1991.

²¹ Jean Pierre Vernant, *Mito e pensamento entre os gregos*, São Paulo, Paz e Terra, 1990, p. 351

²² A referência a Ernst Cassirer acha-se em Rubem Alves, *Conversas com quem gosta de ensinar*, São Paulo, Cortez Editora, 7ª edição, p. 59.

- CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.
- ESPÍRITO SANTO, Ruy César do. **O autoconhecimento em sala de aula, in Ética, valores humanos e transformação**. São Paulo: Fundação Petrópolis, 1998.
- ELIADE, Mircea. **Mefistófoles e o Andrógino**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- FREUD, Sigmund. **Cinco lições sobre a Psicanálise**, vol. XVI das Obras Completas, Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- JAPIASSU, Hilton. **A crise da razão no Ocidente**. Disponível em www.editoraeletronica.net, p. 12., acessado em 20 de maio de 2006.
- MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil, a penetração cultural americana**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- NETO, A. Machado. **Revista Brasileira de Filosofia**, n. 35, São Paulo, 1975.
- ROUANET, Sergio Paulo. **A razão cativa**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SAMUELS, Andrew. **Jung e os junguianos**. Rio de Janeiro, Imago, 1989.
- _____. **Dicionário crítico de análise junguiana**, Rio de Janeiro, Imago, 1998.
- _____. **C. G. Jung speaking**. org. Mc Guire, Routledge & Kegan, Londres, 1976.
- SILVEIRA, Nise da. **Jung, vida e obra**. Rio de Janeiro. Paz e Terra,
- VERNANT, Jean Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- ZOJA, Luigi. **A História da Arrogância, Psicologia e Limites do Desenvolvimento Humano**. São Paulo: Axis Mundi, 2000.

